

PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO POLÍTICO NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES EM MUNICÍPIOS DE BAIXO IDH NO PARANÁ: reflexões a partir dos trabalhos em Vila das Peças, Ilha das Peças, Guaraqueçaba/PR.

Área Temática

Direitos Humanos e Justiça.

Coordenador(a) da atividade: Marcio Jose ORNAT

Kamila Rodrigues LAMOGLIA[1]; Bianca HILGEMBERG; Judite Bueno de CAMARGO, Cleise Maria de Almeida Tupich HILGEMBERG.

Nome do Programa ou Projeto de Extensão

Assessoria na construção de projetos de desenvolvimento urbano e regional dos municípios com IDH Médio e Baixo no Estado do Paraná, por meio da elaboração / revisão de seus Planos Diretores Participativos.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir, do ponto de vista interdisciplinar do Serviço Social, sobre a participação popular como instrumento para empoderamento político, sobretudo de Comunidades e Povos Tradicionais, durante a elaboração do Plano Diretor de Guaraqueçaba, PR. A análise toma como referência a experiência acadêmica e profissional obtida no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com destaque para os trabalhos desenvolvidos na Vila das Peças,localizada na ilha das Peças em Guaraqueçaba/PR. Metodologicamente, se baseia no Guia de Elaboração de Planos Diretores (Pólis, 2022), e complementarmente se baseia em produções bibliográficas e outros estudos e documentos, para compreender como a participação efetiva da comunidade contribui para o fortalecimento do protagonismo político e para a construção de planos diretores mais inclusivos, mais sociais e oferecendo soluções sobre os desafios e possibilidades de participação.

Palavras-chave: Participação Popular; Empoderamento Político, Plano Diretor.

[1] Apresentador(a) Estudante de Serviço Social e bolsista de extensão no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LabPlan-UEPG) entre novembro/2024 a março/2025, atuou em atividades da elaboração do Plano Diretor Participativo de Guaraqueçaba, PR. Estagiária de Serviço Social no NUMAPE-UEPG.

INTRODUÇÃO

No ano de 2021, inicialmente para Cerro Azul, se firma a 1ª edição do Projeto de Prestação de Serviço Extensionista: Assessoria na construção de Projetos de Desenvolvimento Urbano e Regional de Municípios com IDH Médio e Baixo no Estado do Paraná, por meio da elaboração e revisão de seus Planos Diretores Participativos.

Em Guaraqueçaba, teve início em 2023 e está vinculado a atual profissional de estudantes dos Cursos de Bacharelado em Geografia, Serviço Social e Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em consonância com a lei que regulamenta essas profissões e baseada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade, sob a Lei n° 10.257/2001, que reconhecem o Plano Diretor Participativo como instrumento fundamental da política urbana (BRASIL, 2001). A iniciativa interdisciplinar, entre os anos de 2024 e 2025, contou com a participação de estudantes do Curso de Serviço Social/UEPG, Direito e outras áreas ampliando a dimensão interdisciplinar dessas ações extensionistas. Tal inserção, possibilitou não apenas o fortalecimento das análises socioeconômicas, mas também a aproximação dessas práticas com demandas sociais concretas, destacando o papel da universidade pública como mediadora entre o conhecimento científico e a transformação social.

Diante desse cenário, o presente estudo justifica-se pela relevância de compreender de que forma a participação popular pode superar o histórico de exclusão mediante os processos de tomada de decisão sobre o espaço urbano, rural e insular, possibilitando a democratização do Planejamento Urbano e Regional, tornando-se um instrumento de justiça social e empoderamento político e o público-alvo não se restringe aos estudantes, nem somente aos profissionais e ou docentes, mas sim atinge a sociedade e interage com a mesma, fortalecendo ainda o papel da extensão universitária.

OBJETIVOS

Adotou-se uma metodologia qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o intuito de compreender como o planejamento urbano participativo pode se configurar como

um instrumento para possibilitar a participação comunitária da Vila de Ilha das Peças, Guaraqueçaba/PR. Foram utilizados como procedimentos a revisão bibliográfica e análise documental, tomando como material de estudo produções científicas relacionadas ao tema em foco e documentos elaborados pelo LABPLAN/UEPG referentes à localidade em questão.

METODOLOGIA

Para além das fases contidas no Guia para Elaboração de Planos Diretores (PÓLIS, 2022), foi adotado do ponto de vista metodológico uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e participativo, com o intuito de observar e compreender um planejamento urbano que considera integralmente a participação da população, se configurar como um instrumento que possibilita análises e propostas concretas e inerentes à Comunidade Tradicional da Vila das Peças, Ilha das Peças, Guaraqueçaba/PR.

Foram utilizados como procedimentos, primeiro a realização da atividade de leitura comunitária (reunião onde ocorre o levantamento das demandas populares), após, foi realizado a análise documental dessas demandas incluindo a sistematização e classificação em temas, e estudos bibliográficos tomando como material de estudo produções científicas relacionadas ao tema em foco, outros documentos elaborados pela Equipe Técnica do LabPlan/UEPG e também referente à localidade em foco. Conforme Minayo (2014), é a pesquisa qualitativa que permite captar perspectivas e aspectos subjetivos dos sujeitos sociais, sendo essencial para compreender a complexibilidade de processos sociais como a participação comunitária.

RESULTADOS

A comunidade tradicional de Vila de Ilha das Peças, ponto central deste estudo, está localizada no município de Guaraqueçaba, no litoral paranaense, e encontra-se situada na costa sudoeste da ilha de mesmo nome (SILVA, 2016). Ademais, a população local possui como meio de trabalho a pesca artesanal, atividade realizada por pessoas que vivem em comunidades e que realizam pesca em pequena escala, sem visão comercial e/ou de

exportação de grandes proporções, pescando apenas para o consumo da própria família e para vendas locais. Conforme Cunha (2004, p. 14), "Devido à proximidade do mar aberto, a vila tornou-se um dos três núcleos de pesca marítima do município de Guaraqueçaba, junto com Barra de Superagui e Barra de Ararapira".

Após o convênio firmado entre o LabPlan/UEPG e a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba em através da Resolução C.A n° 233/2023, que possui como objetivo prestar assessoria e revisão para o PDM, buscou-se fortalecer o protagonismo político da comunidade da Vila de Ilha das Peças, de acordo com os pressupostos do Conselho Federal de Serviço Social acerca do caráter organizativo e de mobilização popular enquanto planejamento urbano:

> Fomentar a participação de grupos sociais usuários da política urbana, no conhecimento crítico da sua realidade, potencializando os sujeitos sociais para a construção de estratégias coletivas; [...]
> Mobilizar e incentivar os grupos sociais usuários da política urbana a participarem no controle democrático dos serviços que lhes são prestados;
> Contribuir para discussões democráticas e viabilização das decisões aprovadas nos espaços de controle social;
> Incentivar e fomentar o compartilhamento de processos de decisão, privilegiando a transparência das ações; (CFESS, 2016, p. 48)

Diante deste cenário, identifica-se as audiências públicas como espaço fundamental de participação comunitária na construção do Plano Diretor Participativo no município, que constituíram o instrumento central de diálogo entre a população local e o poder público, conforme previsto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001, art. 40, § 4º), que tal processo de elaboração deve assegurar Audiências Públicas, debates, publicidade dos documentos e acesso da população às informações produzidas.

Como forma de seguir este preceito, realizou-se em Guaraqueçaba uma Audiência Pública para a aprovação da primeira fase. E foi realizado ainda a partir do início da segunda fase, duas visitas para "Leituras Comunitárias" em Vila das Peças, uma em junho de 2024 e outra em março de 2025. Tanto as Audiências Públicas, quanto as leituras/reuniões comunitárias seguem o Protocolo de Consulta com Plano de Consulta elaborado pela comunidade, através da Associação de Moradores de Vila das Peças, garantindo que as

demandas e prioridades fossem consideradas de forma efetiva, e equitativas. Durante as reuniões realizadas em Vila da Ilha das Peças, observou-se que a participação ativa dos moradores é o que permite identificar as necessidades prioritárias relacionadas à infraestrutura urbana, proteção ambiental, regularização fundiária e manutenção de espaços comunitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante ao exposto, evidencia-se não apenas o interesse da comunidade em incidir sobre o planejamento urbano, mas, sobretudo, a afirmação de sua legitimidade enquanto sujeito coletivo de direitos, capaz de tensionar o poder público e conduzir processos deliberativos orientados por suas próprias demandas e projetos de futuro. Nesse contexto, as leituras comunitárias, se revelaram não apenas como mecanismo formal, mas como arena de disputa e exercício de cidadania ativa, constituindo o principal instrumento de protagonismo político e social na formulação do Plano Diretor Participativo, reafirmando a centralidade da participação comunitária na efetivação de um planejamento urbano inclusivo e democrático para os Povos e Comunidades Tradicionais de Guaraqueçaba.

APOIO

Agradecimentos pelo apoio técnico-científico, logístico e financeiro, para a execução do projeto de Extensão Assessoria na Construção de Projetos de Desenvolvimento Urbano e Regional do Litoral Paranaense, através da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Guaraqueçaba, ao:

Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – Grupo de Pesquisa, em Planejamento e Gestão e Geografia, GeoCidades – pelo subsídio técnico-científico na execução de ações extensionistas; Ao Parque Tecnológico da Itaipu – pelo subsídio técnico e pelo financiamento de bolsas de extensão; Aos moradores tradicionais de Guaraqueçaba – pelo acolhimento e troca de saberes e a Associação de Moradores de Vila das Peças pela divulgação e participação nas atividades do PDM; A Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba – pelo apoio na logística interna do Município, alimentação e hospedagem.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Atuação de assistentes sociais na política urbana: subsídios para reflexão**. Brasília, DF: CFESS, 2016.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos. O caso de Guaraqueçaba, Paraná.** São Paulo: NUPAUB/USP.

LABPLAN. Laboratório de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Atas das audiências públicas e leituras comunitárias realizadas em Guaraqueçaba, durante o período do ano de 2023 ao ano de 2025**. Acesso em: 28 ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SILVA, Tania Mara da. **Implicações bioéticas relacionadas às necessidades de saúde da população da Ilha das Peças.** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Escola de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Bioética, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Sobre o projeto: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – GEOCIDADES.** Ponta Grossa: UEPG, [s.d.]. Disponível em: https://www2.uepg.br/geocidades/sobre-o-projeto/ Acesso em: 28 ago. 2025.